

Lançamento do estudo: Recomendações  
para fortalecimento da consideração de  
questões climáticas e socioambientais na regulação  
bancária brasileira – Março 2023

*Teresa Liporace*

*iCS - Instituto Clima e Sociedade*



**Relevância da regulação bancária para a emergência climática**

---



**Evolução: onde chegamos**

---



**Próximos passos**

# Relevância da regulação bancária para a emergência climática

*A temperatura global já subiu quase 1,2°C desde o século 19, e 80% desse crescimento ocorreu a partir da década de 1960*

- **Estabelecer uma gestão eficiente dos riscos climáticos**

Impactos na economia global, na segurança alimentar, na qualidade de vida e na saúde das pessoas....

Impactos em empresas, que podem ter prejuízos diretos, como danos a ativos físicos, interrupções em cadeias de suprimentos ou perda de receita, além de afetarem a avaliação financeira, podendo tornar os ativos menos valiosos devido à exposição a esses riscos.

- **Redirecionar o capital para a economia de baixo carbono**

Transição na indústria – ex: uso de novas tecnologias como hidrogênio verde e da biomassa como fontes de energia; aumento de eficiência energética, automação...

Apoio à agricultura e pecuária sustentáveis e desestímulo a atividades que tenham relação com o desmatamento ilegal

- **Promover a inovação**

- **Reforçar a transparência e integridade do mercado**

Fevereiro (2023): maiores chuvas já observadas no sudeste do Brasil em um período de 24 horas.

Março (2022): 500 mm de chuva em Petrópolis, sendo 270mm em apenas 3 horas.

Recordes vêm sendo batidos no Brasil e em todo o mundo. No Brasil 50% de aumento de eventos extremos de todos os tipos em relação a meados do século passado



# Onde chegamos

- **Novo arcabouço regulatório do Banco Central**

Resoluções CMN nº 4.943/2021, 4.944/2021, 4.945/2021 e as Resoluções BCB nº 151/2021 e 139/2021

- Estabeleceu diretrizes e requisitos substantivos que devem ser considerados na elaboração da Política de Responsabilidade Socioambiental – PRSAC das instituições financeiras e na implementação de ações visando a sua efetividade, além de determinar as responsabilidades dos diferentes níveis de governança – conselho de administração, diretoria e comitê de sustentabilidade
- Separou os riscos ambiental e social e incluiu a observância aos riscos climáticos – exemplificados em rol expresso, mas não exaustivo -, e passou a exigir a identificação, a avaliação, a mensuração e o monitoramento dos riscos e o estabelecimento de uma estrutura de gerenciamento e requerimentos mínimos a serem observados para cada tipo de risco
- Determinou que as instituições elaborem e divulguem anualmente o Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (Relatório GRSAC) anualmente, abrangendo a governança do gerenciamento dos riscos, os impactos reais e potenciais nas estratégias adotadas pela instituição em seus negócios



# Ponto de chegada ou ponto de partida?

## 1. Fiscalização robusta, transparente e participativa!!!!

Estrutura robusta de fiscalização

Princípio da máxima publicidade possível

Análise com os resultados da fiscalização com inf. Agregadas mas que permitam uma visão real de como está a performance do setor

## 2. O que o setor deve fazer e o que a sociedade civil espera desse processo?

Não basta o banco ter um a política de responsabilidade socioambiental e um relatório. Tem que ter um compromisso genuíno com NET Zero.

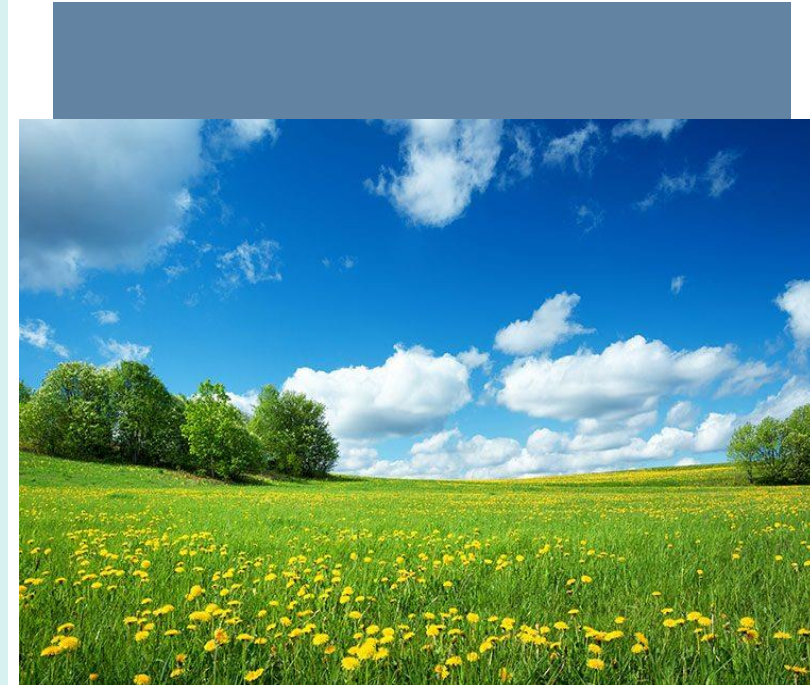
Os bancos precisam contribuir para a descarbonização das cadeias produtivas

Diretrizes mais claras para o financiamento, investimento e dar passos concretos

## 3. Estabelecimento de metas individuais e sistêmicas

O setor financeiro precisa estar alinhado com a NDC - Acordo de Paris : compromissos 2030 e 2050

Materialização dos riscos - gerenciamento mais integrados dos riscos





[teresa.liporace@climaesociedade.org](mailto:teresa.liporace@climaesociedade.org)